

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 1, Número 1, Maio de 2012

Dossiê China

O “Autoritarismo em Rede”

Rebecca MacKinnon

A Batalha pela Internet

Xiao Qiang

O Abrupto Crescimento da Religião

Richard Madsen

Corrupção na Índia Uma Ameaça Persistente

Sumit Ganguly

A Turquia sob o AKP Os Direitos e as Liberdades estão Assegurados?

Berna Turam

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**



FUNDAÇÃO IFHC | CENTRO EDELSTEIN

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Antonio Mitre

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Tania Quintaneiro

REVISÃO TÉCNICA

Rodrigo Brandão

Apresentação

Este é o primeiro número da edição em português do *Journal of Democracy*, periódico editado em inglês pelo *National Endowment for Democracy*. Publicaremos duas edições por ano, somente em versão eletrônica. O objetivo é oferecer artigos de muito boa qualidade, escritos em linguagem não acadêmica, sobre processos políticos e sociais que afetam a democracia e a dinâmica do sistema internacional. Trata-se de mais uma iniciativa do projeto Plataforma Democrática, que a Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais conduzem desde 2008, com o propósito de fortalecer a cultura e as instituições democráticas por meio do debate de ideias.

Esta edição traz cinco artigos. Dois deles se referem aos usos políticos da Internet na China. É sabido que o governo chinês exerce controle sobre a difusão de informações e mensagens tidas como politicamente perigosas à estabilidade do regime. Sabe-se igualmente que a Internet é um dos ambientes em que esse controle se exerce. No entanto, nossos conhecimentos sobre o tema em geral terminam por aí. “O ‘Autoritarismo em Rede’ na China”, de Rebecca MacKinnon, e “A Batalha pela Internet na China”, de Xiao Qiang, da Universidade da Califórnia em Berkley, ampliam-nos a visão sobre o assunto. Os autores revelam não apenas como o controle se exerce no “autoritarismo em rede”, mas também como e em que medida, em meio à “batalha pela Internet”, abrem-se espaços de participação e contestação política na China. Qiang argumenta que a Internet está mudando as relações entre Estado e Sociedade naquele país. Relativamente otimista, aponta a “emergência de um padrão de opinião pública e de participação cidadã que representa uma mudança de poder na sociedade chinesa”. Já MacKinnon põe ênfase na capacidade que as autoridades chinesas têm de produzir e moldar as informações que circulam na Internet, de modo a favorecer a continuidade do regime:

“o sistema não controla todo o povo durante todo o tempo, mas ele é eficiente o suficiente para que mesmo os chineses melhores e mais brilhantes não se deem conta da extensão na qual sua compreensão de seu próprio país – para não mencionar o mundo no sentido mais amplo – está sendo iludida e manipulada”.

O pequeno “dossiê” sobre a China traz ainda o artigo de Richard Madsen, da Universidade da Califórnia em San Diego, que aborda o fracasso da política de completa secularização da sociedade chinesa, primeiro pela coerção, durante os anos da Revolução Cultural, e depois, pela difusão da educação científica, desde o início das reformas de Deng Xiaoping. Madsen discute até que ponto o Cristianismo, o Islamismo e o Budismo Tibetano constituem ameaças ao domínio do Partido Comunista Chinês, e como este percebe (e reage à) essa ameaça. Cada qual de seu ângulo, os três artigos relativos à China nos oferecem informações e perspectivas novas para entender a dinâmica política e social neste que é o maior poder emergente na cena internacional.

Completam esta primeira edição dois artigos sobre outras potências emergentes, que vêm passando por transformações sociais e políticas intensas nos últimos anos. Berna Turam, professora da Universidade de Northeastern em Boston, nascida e educada na Turquia, escreve sobre as tensões internas do “modelo turco”, que desde a eleição do Partido da Justiça e do Desenvolvimento em 2002, vem combinando modernização e crescimento econômicos com democracia e pluralismo, sob a liderança de um partido de orientação islâmica. Sumit Ganguly, por sua vez, intelectual de origem indiana, põe foco sobre o movimento anticorrupção desencadeado na Índia pela greve de fome do ativista Kisan Baburao “Anna” Hazare, no primeiro semestre de 2011. Ambos os autores colocam em xeque visões simplistas sobre os assuntos abordados.

Em “A Turquia sob o AKP: os direitos e as liberdades estão assegurados?”, Turam analisa os perigos que a hegemonia do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco) acarreta para a democracia e sugere ser precipitada a conclusão de que na Turquia se alcançou uma fórmula estável de convivência entre maioria social

e política islâmica, estado laico, democracia e pluralismo. Os perigos estariam não apenas das tentações hegemônicas do AKP, nos planos da política e da cultura, mas também da ausência de firmes convicções democráticas nas principais forças de oposição, ainda presas à tradição de autoritarismo laico que marcou profundamente o país ao longo do século XX.

Ganguly aponta os riscos que a corrupção endêmica coloca para o regime democrático na Índia, a despeito da existência de instituições concebidas para identificar e punir práticas corruptas entre agentes públicos e privados. Por isso, o autor ressalta os aspectos positivos da mobilização social em favor da criação de um órgão anticorrupção independente do governo, com vastos poderes para agir, inclusive a partir de denúncias diretas de população. Por outro lado, não lhe escapa os riscos de tal órgão responder “ao apetite por remédios extrassistêmicos (e talvez até antissistêmicos)”, desencadeando dinâmicas que enfraqueceriam, ao invés de fortalecer, as instituições e a cultura democráticas na Índia. A chamada “Jan Lockpal Bill”, também conhecida como a “Lei do Ombudsman do Cidadão”, continua a mobilizar corações e mentes no governo, no parlamento e na sociedade daquele país.

Os cinco artigos que compõem este número, embora se refiram a realidades nacionais específicas, lidam com questões – as relações entre poder, comunicação e Internet, entre religião e política, entre estado laico e democracia, etc – que transcendem fronteiras nacionais e se colocam no centro da reflexão sobre a democracia no mundo contemporâneo. E o fazem com alta qualidade acadêmica, em linguagem não cifrada, a partir de ângulos diferentes, de modo a permitir ao leitor uma compreensão mais ampla e matizada sobre os principais desafios da e à democracia na época em que vivemos.

Marca-se, assim, desde o início, a linha editorial que seguiremos nas edições do *Journal of Democracy* em Português.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Dossiê China

A BATALHA PELA INTERNET NA CHINA*

Xiao Qiang

Xiao Qiang é professor adjunto no programa de pós-graduação em jornalismo da Universidade da Califórnia – Berkeley, pesquisador principal do CounterPower Lab, fundador e editor-chefe do China Digital Times.

Acadêmicos, jornalistas e outros comentaristas têm explorado intensamente a censura na República Popular da China (RPC), mas ainda resta muito a ser entendido. Em particular, precisamos entender melhor a “cyber-política” do discurso *on-line* em expansão e a capacidade da Internet de fazer avançar a liberdade de expressão, a participação política e a mudança social. Também precisamos saber mais a respeito das implicações (e dos limites) dos esforços do Estado para controlar o que as pessoas podem ver, dizer e fazer *on-line*. Esses temas são cruciais para nossa compreensão da China e da sociedade chinesa e do papel da Internet sob um regime autoritário e unipartidário.

Foi em 2007 – batizado por um comentarista como “Ano Um dos Eventos Públicos (*Gonggong Shijian Yuannian*)”¹ – que a Internet ajudou pela primeira vez a impulsionar certos acontecimentos na mídia oficial, apesar da resistência dos censores. Ao fazer isso, a atividade da Internet estabeleceu, de fato, a agenda do discurso público. Naquele ano, relatos a respeito de protestos contra a usina química

*Publicado originalmente como “Liberation Technology – The Battle for the Chinese Internet”, *Journal of Democracy*, Volume 22, Número 2, Abril de 2011 © 2011 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

de Xiamen, o trabalho escravo em olarias e o abuso dos direitos de propriedade individual espalharam-se rapidamente *on-line*, gerando tanto interesse e debates públicos que os censores e a mídia oficial não tiveram muita opção a não ser cobri-los também.

Uma olhada sobre o crescimento explosivo do acesso à Internet e seu uso na China, as ferramentas e métodos usados pelas autoridades para controlar o conteúdo e o fluxo de informação, e a dinâmica que surgiu entre os usuários chineses da Internet – ou “net-cidadãos” – e os censores mostram que a expansão da Internet e das mídias com base na *Web* está mudando as regras do jogo entre o Estado e a sociedade. Cada vez mais, as autoridades levam em conta e respondem à opinião pública conforme ela própria se expressa *on-line*. Certamente, essa tendência continuará, com a formação *on-line* da opinião pública desempenhando um importante papel no desenvolvimento futuro da sociedade chinesa.

Em março de 2007, o *blogueiro* Lian Yue começou a postar uma série de artigos alertando as pessoas de sua cidade natal, Xiamen, na província de Fujian, sobre o impacto ambiental potencialmente desastroso da fábrica química de paraxileno (PX) que se propunha instalar na cidade. Ele conclamou seus conterrâneos a fazer demonstrações contra a fábrica. Embora as autoridades da província e da cidade tenham apagado energicamente as mensagens contrárias à fábrica de PX dos servidores de suas jurisdições, os *posts* ofensivos do *blog* de Lian Yue permaneceram, pois seu servidor se encontrava em outra província. O discurso a respeito da usina de PX logo se espalhou pela cidade através de *e-mails*, de mensagens instantâneas (MIs) e de mensagens de texto de telefones celulares. Poucos meses mais tarde, desafiando os avisos das autoridades locais, vários milhares de pessoas se reuniram em frente à prefeitura da cidade para protestar. Os participantes relataram o evento ao vivo, enviando fotos de celulares e textos diretamente para seus *blogs*. Seis meses depois, após duas audiências públicas sobre o assunto, as autoridades municipais decidiram realocar o lucrativo projeto. A agência de notícias oficial Xinhua elogiou a reviravolta

como indicativa de “uma mudança no peso dado aos pontos de vista dos chineses comuns nos últimos anos”².

A história de Xiamen marca o surgimento de uma força notável na vida social e política da China contemporânea: a opinião popular (transmitida *on-line*) que, juntamente com elementos liberais da mídia tradicional, estabelece a agenda pública. De acordo com o livro azul de janeiro de 2008 sobre desenvolvimento social – produzido pela Academia Chinesa de Ciências Sociais –, mais de cinquenta milhões de chineses leem *blogs* regularmente, o que faz deles “um canal importante para que o povo divulgue suas opiniões relativas a eventos importantes”.

O Centro de Informação de Rede de Internet da China (CIRIC), controlado pelo governo, descobriu que, no final de 2009, o número de usuários da Internet no país tinha explodido para 384 milhões, tendo 53 milhões de novos usuários adentrado o universo *on-line* apenas na última metade daquele ano³. As estatísticas de 2010 do CIRIC mostram que há um número desproporcional de usuários jovens – mais de 60% têm menos de 25 anos e cerca de 70% têm menos de 30 – e relativamente bem educados, tendo mais de 40% deles diplomas de pós-graduação⁴.

O aumento do número de *blogs*, de mensagens instantâneas, de serviços de redes sociais – tais como o QQ – e de ferramentas RSS de agregação – como o Baidu.com e o Zhuaxia.com – têm fornecido aos net-cidadãos uma capacidade de comunicação sem precedentes. Os sistemas de Internet conhecidos como *bulletin-board systems* (BBSs) – a forma primária pela qual os net-cidadãos chineses acessam e transmitem informação *on-line* para um grande número de pessoas — cumprem um papel vital na vida chinesa *on-line*. Em inícios de 2009, a China tinha mais de 13 milhões de usuários de BBS, com dois milhões de *posts* publicados diariamente⁵. O Clube Tianya (www.tianya.cn), baseado na província de Hainan, possui um total de 33,4 milhões de contas registradas, e entre 100.000

e 500.000 usuários *on-line* a qualquer hora. Essa comunidade *on-line* possui 200.000 usuários diariamente, centenas de milhares de novas postagens e milhões de comentários por dia. Outro fórum *on-line*, popular entre os estudantes universitários – o Mop.com –, é, acredita-se, ainda maior, com mais de cinquenta milhões de visitantes ao dia. Os usuários discutem os eventos atuais por meio de comentários postados nos murais dos principais fóruns, assim como em comunidades virtuais menores. Mesmo quando o tema é politicamente tabu ou sensível, os participantes podem expressar pontos de vista pessoais – e em linguagem muito mais enfática do que seria permitida na mídia oficial – fazendo-se valer do anonimato ou de eufemismos em código.

Da mesma forma, a *blogosfera* tem se expandido. Como os BBSs, os *blogs* têm um custo de acesso muito baixo – qualquer um que tenha acesso à Internet pode iniciar um *blog* em um provedor. De acordo com o CIRIC, o número de chineses que possui *blogs* atingiu os 221 milhões em fins de 2009. Desses, o número de *blogueiros* ativos subiu a 145 milhões, um aumento de 37,9% em relação ao de seis meses antes⁶.

Embora muitos *posts* sejam de natureza pessoal, mais e mais *blogueiros* estão escrevendo a respeito de assuntos públicos e vêm se tornando lideranças locais de opinião. Os *blogs* permitem, em geral, que os leitores façam comentários e – devido ao fato de, com frequência, conterem *links* para outros *blogs* e *sites* – eles atuam como unidades em uma comunidade dinâmica. Juntos, eles formam um todo interconectado – a *blogosfera*. Enquanto os populares BBSs se tornam com frequência fóruns onde se cristaliza a opinião pública relativa a diversos tópicos, a redundância de *clusters* e *links* na *blogosfera* forma um ambiente de rede de informação que torna quase impossível o controle absoluto de cima para baixo.

Assim como os BBSs e os *blogs*, as salas de bate papo e os serviços de MIs – tais como o QQ e o MSN – são também canais popula-

res de comunicação. Em 5 de março de 2010, a Tencent (proprietária do QQ) anunciou que o número de usuários simultâneos *on-line* do QQ tinha chegado a 100 milhões⁷. Esses serviços de MIs desempenham um papel crucial na conexão dos usuários da Internet, facilitando a difusão da informação e coordenando ações por meio de redes sociais. Finalmente, os novos *sites* de fotos e vídeos – tais como o Youku e o Tudou – são os aplicativos *on-line* de mais rápido crescimento. A riqueza das imagens, vídeos e sons *on-line* criou um espaço poderoso de mídia, onde milhões de usuários podem gerar, distribuir e consumir conteúdos.

Antes da Internet, as oportunidades de autoexpressão pública irrestrita e de acesso à informação não censurada eram extremamente limitadas. As novas liberdades *on-line* têm se desenvolvido a despeito dos duros esforços de controle e contenção por parte do governo. Três caracteres chineses podem descrever melhor a dinâmica entre autoridades e net-cidadãos no ciberespaço chinês: *feng* (“bloqueador” ou censor), *shai* (“lugar sob o sol” ou revelar) e *huo* (“incendiar” ou difundir rapidamente).

Censura *On-line*

Desde a fundação da RPC em 1949, o controle da informação tem sido um componente essencial da estratégia de governo do Partido Comunista Chinês (PCC). O PCC detém o monopólio do poder político e tem exercido firme controle sobre todas as mídias de comunicação em massa, desde jornais e revistas a canais de televisão e estações de rádio, fazendo delas porta-vozes da linha do partido. Como escreveu certa vez Lu Yuegang, jornalista de mentalidade reformista, o PCC “depende de duas armas: pistolas e canetas... A lógica por trás dessa filosofia não é apenas controlar a caneta, mas ter esse controle apoiado pelas armas”⁸.

Desde a entrada da Internet na China em 1987, o governo tem empregado uma estratégia multifacetada para controlar e moni-

torar (*feng*) os conteúdos e atividades *on-line*. As autoridades de diferentes níveis usam uma complexa rede de regulamentos, vigilância, prisão, propaganda e o bloqueio de centenas de milhares de *sites* internacionais no portal de nível nacional (o “Grande Firewall da China”).

Várias repartições administram o conteúdo da Internet – sendo as mais notáveis o Departamento Central de Propaganda (DCP) do PCC, responsável por assegurar que a mídia e seu conteúdo cultural se conformem à linha do partido, e o Conselho Departamental de Informação do Estado (CDIE), que supervisiona todos os *sites* que transmitem notícias, tanto oficiais como independentes. Seções do DCP e do CDIE em níveis municipal, provincial e distrital são responsáveis por supervisionar todas as mídias publicadas ou hospedadas no interior de suas distintas jurisdições. Frequentemente, os funcionários do DCP estabelecem diretrizes de censura a seus homólogos locais – que têm alguma margem de liberdade para implementá-las – e funcionários locais algumas vezes estabelecem suas próprias diretrizes e multas, e ameaçam ou chegam até mesmo a fechar meios de comunicação que divulgam informações que as autoridades preferem manter longe do alcance do público⁹.

Os funcionários oficiais utilizam inúmeras táticas – como, por exemplo, filtragem por palavras-chave – para controlar o conteúdo *on-line*. O Projeto *Berkeley China Internet* obteve uma lista de mais de mil palavras que são automaticamente banidas dos fóruns *on-line* na China, incluindo “ditadura”, “verdade” e “polícia de choque”. Normalmente, os censores não deixam claro qual conteúdo eles pretendem banir. A principal estratégia do governo para moldar o conteúdo é tornar os provedores de serviços de Internet (em inglês, *Internet Service Providers* – ISPs) e os provedores de acesso os responsáveis pela conduta de seus clientes; dessa maneira, os empresários não têm escolha a não ser censurar ativamente o conteúdo de seus *sites*. As regulamentações impostas pela Administração Provincial das Comunicações de Guangdong, por exemplo, estabelecem que:

O operador do sistema será responsável pelo conteúdo de sua área, utilizando meios técnicos e avaliações humanas para filtrar, selecionar e monitorar. Se houver qualquer conteúdo em uma área de BBS que seja contra os regulamentos, o departamento de supervisão relacionado responsabilizará o BBS, assim como o operador individual.¹⁰

Proprietários de empresas devem usar uma combinação entre seu próprio julgamento e as instruções diretas dos funcionários de propaganda a fim de determinar qual conteúdo banir. Em uma entrevista anônima a este autor, um gerente sênior de um dos maiores portais de Internet da China reconheceu que recebe, pelo menos três vezes ao dia, instruções tanto do CDIE como de outros funcionários provinciais de propaganda.

Além disso, tanto o governo como inúmeros *websites* contratam pessoas para ler e censurar manualmente os conteúdos. Dezenas de milhares de *sites* estabelecidos fora da China são bloqueados pelos nove portais nacionais que conectam a Internet chinesa à rede mundial¹¹. Os *sites* hospedados no interior da China podem ser fechados ou ameaçados se violarem regras sobre os conteúdos aceitos, e usuários individuais da Internet que difundem informações que as autoridades consideram prejudiciais têm sido ameaçados, intimidados ou presos, comumente devido a acusações relacionadas à segurança nacional, tal como a de “subversão”. Em discurso ao politburo do PCC em janeiro de 2007, o Presidente Hu Jintao exigiu melhores tecnologias, controles de conteúdo e segurança na rede para o monitoramento da Internet, dizendo: “Conseguirmos lidar com a Internet é um tema que afeta o desenvolvimento da cultura socialista, a segurança das informações e a estabilidade do Estado”¹².

É claro que o governo já estava se mostrando criativo em seu policiamento sobre a Internet. Desde 2007, por exemplo, dois personagens de quadrinhos, Jingjing e Chacha (de *jingcha*, palavra chinesa que significa polícia), surgem nos monitores dos usuários da Internet para prover *links* para o setor de Polícia da Internet do *site* de Segurança Pública, onde os leitores podem denunciar informação ilegal

on-line. Um funcionário da polícia de Shenzhen explicou: “Quando publicamos a imagem da Polícia da Internet na forma de um personagem de quadrinhos, mostramos a todos os usuários da Internet que ela não é um lugar acima da lei... A principal função de Jingjing e Chacha é a de intimidar, e não a de responder perguntas”¹³.

Durante o ano de 2008, o controle da Internet foi crescentemente fortalecido a fim de se mostrar ao mundo uma imagem harmoniosa durante os Jogos Olímpicos de Pequim. Desde o início de 2009, o governo aumentou ainda mais seus esforços de controle. As iniciativas incluem uma campanha contra a “vulgaridade” (que abrange não somente a pornografia, mas também palavras chulas, gírias e imagens política e socialmente inaceitáveis) que se destinava a mecanismos de busca, serviços de hospedagem de redes e comunidades *on-line*¹⁴. De acordo com relatórios da mídia oficial chinesa, milhares de *sites* foram fechados em consequência disso.

Do mesmo modo, conforme se aproximava o vigésimo aniversário do massacre da Praça Tiananmen naquele ano, o governo fechou temporária e ostensivamente um enorme número de *sites* – incluindo o Facebook, o Twitter e a Wikipedia – para “manutenção técnica”. Na sequência, justamente por volta do aniversário do massacre, em 4 de junho, o Ministério da Tecnologia da Informação anunciou planos de exigir a pré-instalação, em todos os computadores feitos ou vendidos na China, do *software* de filtragem chamado Acompanhante da Juventude Barreira Verde (em inglês, *Green Dam Youth Escort*). Após um clamor público, no entanto, esses planos foram extintos. Em 5 de julho, em consequência de distúrbios interétnicos em Urumqi, Província de Xinjiang – origem da maior parte da população uyghur chinesa –, o governo novamente bloqueou o Twitter e outros *sites* de *microblogs*.

Mesmo com a presença constante dos censores, a natureza efêmera, anônima e em rede da comunicação via Internet limita o impacto daqueles. Além disso, vários fatores tornam o trabalho dos censores

particularmente desencorajador. Primeiro, a Internet é uma plataforma de comunicação de muitos para muitos, que possui barreiras muito fracas (e baixos riscos de uso) para a entrada de qualquer um que possua uma conexão com a Internet. Segundo, com a complicada topologia da rede – a *blogosfera* e a Internet como um todo com suas conexões redundantes, seus milhões de *clusters* superpostos, comunidades auto-organizadas e novos pontos de conexão que aumentam de forma explosiva –, os métodos tradicionais de controle de conteúdo, tais como o de pressionar um usuário a que exerça autocensura, tornam-se quase impossíveis.

O sistema de controle da Internet por parte do governo chinês visa censurar principalmente os conteúdos que abertamente desafiam ou atacam o PCC ou que contradizem a linha oficial em tópicos que são tabus, como o massacre da Praça Tiananmen ou o Tibete. No entanto, ainda mais importante é prevenir a distribuição generalizada de informações que possam levar à ação coletiva, tais como demonstrações de massas ou campanhas de abaixo-assinados.

A Resistência Digital

Os resultados dos esforços de censura por parte do governo são, no máximo, ambivalentes. Em inícios de 2009, uma criatura denominada *Grass Mud Horse* surgiu em um vídeo *on-line* e se tornou imediatamente uma sensação da Internet¹⁵. Em poucas semanas, o *Grass Mud Horse* – ou *cao ni ma*, o homófono de uma expressão profana chinesa – tornou-se o mascote de fato dos net-cidadãos chineses na luta pela liberdade de expressão. Ele inspirou poemas, vídeos e modelos de roupas. Como explicou um *blogueiro*, o *Grass Mud Horse* representava as informações e ideias que não podiam ser expressas no discurso dominante.

O *Grass Mud Horse* ajustava-se particularmente bem ao contestado espaço da Internet chinesa. A penetrante e intrusiva censura do governo mexeu com os sentimentos dos net-cidadãos chineses, desa-

tando novas formas de resistência social e demandas por maior liberdade de informação e expressão, transmitidas em geral por meio de linguagem codificada e de metáforas adotadas para evitar as formas mais óbvias de censura. Em consequência disso, a Internet se tornou um espaço quase público, onde o domínio do PCC foi exposto, ridicularizado e criticado, em geral, por meio de sátiras, piadas, canções, poemas e expressões em código.

Tal comunicação codificada, antes sussurrada em privado, não é nova na China. No entanto, agora, ela é comunicada publicamente, ao invés de ser murmurada às costas das autoridades. Por exemplo, uma vez que a censura é realizada sob o *slogan* oficial “construindo uma sociedade harmônica”, os net-cidadãos passaram a se referir ao conteúdo da censura na Internet como sendo “harmonizado”. Além disso, a palavra chinesa para “harmonizar” (*hexie*) é homônima da palavra que significa “caranguejo de rio”. Na linguagem popular, “caranguejo” também se refere a um valentão que exerce o poder por meio da violência. Desse modo, a imagem do caranguejo veio a se tornar um novo ícone satírico, com uma carga política, para os net-cidadãos que estão fartos da censura do governo e que se denominam Sociedade dos Caranguejos de Rio. Fotos de caranguejos maliciosos viajam pela *blogosfera* em um protesto silencioso sob os narizes virtuais da polícia cibernética. Mesmo na ferramenta chinesa mais fortemente autocensurada, o Baidu.com, uma busca com a frase “Sociedade dos Caranguejos de Rio” produzirá mais de 5,8 milhões de resultados.

Na China, a natureza nebulosa da Internet permite que informações de difícil acesso em quaisquer outros lugares sejam reveladas (*shai*). Qualquer um que esteja *on-line* será exposto a múltiplas fontes de informação e terá oportunidades sem precedentes de trocar ideias e opiniões sobre temas sociais, políticos e pessoais. Simultaneamente, a interação entre tecnologias de informação e de comunicação e a mídia tradicional cria uma dinâmica que desafia os limites do sistema de censura existente e, conseqüentemente, também a mídia oficial.

Os net-cidadãos têm realizado inúmeras das chamadas atividades *shai* em murais, *blogs* e serviços de compartilhamento de vídeo e de fotos: para “salários *shai*”, as pessoas publicam os seus próprios salários ou os de outros para comparação; para “férias *shai*,” os usuários compartilham fotos e vivências de férias; para “corrupção *shai*”, “chefes *shai*” e “ricos *shai*”, os net-cidadãos publicam *on-line* informações e opiniões a respeito da elite que, de outro modo, não seriam ditas.

Os processos *feng* e *shai* estão constantemente em desacordo um com o outro. Mesmo quando a informação é censurada em altas instâncias, ela, em geral, abre caminho por meio de brechas *on-line* para se difundir entre os net-cidadãos. Além disso, *sites* e mídias de notícias estrangeiros que fornecem serviços no idioma chinês – incluindo a BBC, a Rádio Ásia Livre e jornais estabelecidos em Hong Kong e em Taiwan – publicam, com frequência, informações que são censuradas na China, as quais são, então, redistribuídas no interior do país por um pequeno, mas ativo grupo de “agentes distribuidores de informações” tecnologicamente experientes, que sabem como contornar o Grande Firewall e fazer circular as notícias por meio de BBSs, *e-mails* massivos e outros canais *on-line*. Assim, publicações excluídas, tais como atualizações de boletins informativos de dissidentes e a Voz da América, podem atingir os leitores chineses apesar do uso de tecnologia avançada de filtros por parte do governo.

O último caractere, *huo* (“fogo” ou cascata de informações), descreve o fenômeno dos relatórios de notícias, comentários, fotos ou vídeos que se espalham como um incêndio descontrolado pelo ciberespaço. O item original pode aparecer em um mural ou em uma postagem de um *blog*, ou mesmo em um jornal local, e pode gerar milhares de comentários e de *posts*. Como água que jorra por um buraco em uma represa, se a velocidade e o volume da disseminação forem suficientemente grandes, qualquer tentativa de estancar o fluxo será em vão. Impulsionada pelos densos grupos de net-cidadãos interessados, a difusão de informação controvertida pode ultrapassar

o controle dos censores e rapidamente se tornar de domínio público – um estado de coisas que provoca enormes implicações políticas. Quando ocorre um fenômeno *huo*, a Internet representa o papel de uma plataforma de distribuição massiva que furta ao governo o seu poder de estabelecer a agenda.

O processo *huo* é especialmente poderoso quando um tema local adquire ressonância em uma audiência mais ampla e se difunde além da jurisdição limitada dos funcionários locais, chegando algumas vezes à mídia nacional. Quando, por exemplo, a corrupção ou o dano ambiental são expostos, com frequência as autoridades locais implicadas no escândalo reprimem os *sites* de notícias que se hospedam no interior de suas respectivas jurisdições. Mas, quando tais notícias encontram meios de acessar um *website* sediado fora da jurisdição local, os funcionários não possuem formas de suprimi-las diretamente e nenhuma garantia de que seus colegas em outros locais decidirão fazer isso. Autoridades centrais podem igualmente não impor um bloqueio das notícias *on-line* relativas a temas ou eventos locais problemáticos. Essa brecha no controle entre as autoridades locais, assim como entre as autoridades locais e centrais, abre um espaço para que os net-cidadãos transmitam informação.

Quando, por exemplo, o jovem de 22 anos Li Qiming, bêbado, atropelou dois colegas que patinavam no campus da Universidade de Hebei – matando um deles e ferindo o outro – e foi preso depois de fugir do local, ele gritou: “Vão em frente, processem-me se vocês tiverem coragem. Meu pai é Li Gang!”. Li Gang era o vice-diretor do departamento de segurança pública local. Quatro dias depois, o Mop.com divulgou um torneio *on-line* pedindo aos participantes que incorporassem a frase “Meu pai é Li Gang” a poemas clássicos chineses. O concurso recebeu mais de seis mil inscrições. Poucos dias depois, o DCP criou uma diretriz para impedir qualquer outra “campanha relativa ao distúrbio do trânsito na Universidade de Hebei”. Mas a frase “meu pai é Li Gang” tornou-se desde então um *meme* popular na Internet chinesa¹⁶.

O fenômeno *huo* também cumpre um papel crítico na interação entre a expressão via Internet e as mudanças na mídia tradicional. Muitos jornalistas chineses têm vida dupla – repórteres da mídia controlada pelo Estado de dia, e *blogueiros* à noite. Quando fazem a cobertura de temas delicados – tais como desastres naturais, grandes acidentes industriais ou casos de corrupção de funcionários –, os repórteres da imprensa escrita devem seguir a linha das fontes oficiais antes de realizar entrevistas e de publicar seus achados. Mas, agora, os jornalistas podem fugir de tais diretrizes, coletando e distribuindo informação *on-line*, tornando mais difícil para os censores abafar assuntos delicados. De fato, quando tal informação se torna *huo on-line*, a mídia tradicional tem uma razão legítima para cobri-la. Alguns até acompanham os desenvolvimentos dessas notícias conforme eles são publicados no domínio *on-line*. O *Southern Weekend*, por exemplo, possui uma seção editorial chamada Olho Net, que pinça estórias interessantes *on-line* e as publica impressas.

Um Caminho para o *Feedback* e a *Accountability*

Nos últimos anos, os processos *feng*, *shai* e *huo* têm estado ativos, auxiliando a Internet a conduzir a opinião pública. Em inícios de 2007, um net-cidadão de Chongqing postou a foto de uma casa apelidada de “a mais incrível casa ‘encravada’ da China”, que estava ameaçada de demolição em função do crescimento imobiliário¹⁷. A imagem tocava nos problemas da construção urbana, dos direitos de propriedade e dos despejos forçados, e a mídia oficial encampou rapidamente o episódio, o qual ocorreu justamente quando o Congresso Nacional do Povo estava aprovando uma nova lei de direitos de propriedade supostamente para proteger os proprietários de imóveis.

Assim que a mídia oficial começou a cobrir a história, o Sina.com (o maior portal de Internet da China) ofereceu-se para pagar por fotos e vídeos da casa encravada, e o Mop.com criou uma página de monitoramento em tempo real. Uma corte local tomou decisão

desfavorável aos proprietários, mas a opinião pública, seduzida pela pujança das imagens, apoiou fortemente os proprietários da casa encravada. Depois de os moradores desobedecerem a ordem da corte de justiça e de se recusarem a se mudar, o governo central deu ordens para limitar as reportagens, mas o assunto sobreviveu por meio de fotos postadas *on-line* pelos net-cidadãos. Recentemente, o construtor curvou-se à pressão pública, resolvendo o caso e compensando o casal por sua propriedade, que acabou sendo demolida.

Algumas vezes, o governo tem motivos oficiais para reconhecer certos elementos de um assunto e censurar outros, como as notícias do uso generalizado de trabalho escravo nas olarias da província Shanxi em meados de 2007. A matéria – que envolvia sequestro de crianças, trabalho escravo e o conluio com a polícia local, funcionários do partido e proprietários dos fornos – difundiu-se na *blogosfera* chinesa e acendeu a ira nacional. Reportagens na mídia oficial se seguiram às denúncias, e, logo, importantes membros do partido – incluindo Hu Jintao e o *premier* Wen Jiabao – expressaram publicamente sua preocupação com a questão. Os detalhes continuaram a surgir e a história foi ficando cada vez pior, estimulando o Departamento de Internet do CDIE (também conhecido como Departamento de Comunicação Externa do PCC) a instruir seus subordinados e os principais portais de notícias da Internet a se ater à “propaganda positiva”, enfatizar a capacidade de resposta do governo no assunto das olarias, reforçar o monitoramento dos *websites* e apagar rapidamente informações que poderiam ser lesivas ao governo¹⁸.

Embora esses casos mostrem que a censura oficial à Internet não é sempre automática e totalmente empregada, e nem sempre é bem-sucedida, em geral o governo é capaz de exercer controle quase total sobre a informação distribuída *on-line*, particularmente quando os funcionários fazem de seu controle uma prioridade. Por exemplo, quando o escritor dissidente Liu Xiaobo foi premiado em 2010 com o Nobel da Paz, o DCP ordenou a todos os *websites* que não criassem ou postassem relatos sobre o prêmio, e que apagassem qualquer um

já existente. O CDIE também emitiu uma diretriz proibindo todos os fóruns interativos *on-line*, inclusive *blogs* e *microblogs*, de transmitir palavras proibidas relacionadas ao prêmio¹⁹. Como resultado, dificilmente se pode encontrar na Internet chinesa qualquer menção ao prêmio Nobel da Paz de 2010, e muito menos ao nome ou aos textos de Liu Xiaobo.

No entanto, existe uma dinâmica de mudança em andamento: algumas grandes matérias estão surgindo primeiramente *on-line* para somente depois serem levadas à mídia tradicional, tornando *blogueiros* e *net-cidadãos* os criadores da agenda de informação. Além disso, a despeito dos esforços de censura do governo, a simples velocidade e o número de mensagens e de *posts* na Internet estão tornando realmente difícil, e em alguns casos impossível, que os censores se antecipem. O lapso de tempo entre a cascata de informações e as instruções de censura de cima para baixo é crítico, assim como o hiato no controle entre autoridades centrais e locais, o que tem possibilitado que eventos locais se tornem notícias nacionais divulgadas pela mídia controlada centralmente. Uma vez que temas delicados aparecem na mídia oficial, a Internet os amplifica e os mantém vivos, evitando que o governo os ignore ou suprima as notícias inconvenientes.

Uma vez que os canais tradicionais da mídia ainda permanecem sob o controle do PCC, mesmo publicações mais progressistas e sem reservas, tais como a *Southern Metropolis Daily* ou a *Southern Weekend*, possuem uma capacidade muito limitada de estender a cobertura das reportagens políticas. Quando ocorrem protestos de massas, epidemias de saúde ou casos de corrupção oficial, a Internet é agora o primeiro lugar aonde as pessoas vão à procura das últimas notícias e para compartilhar experiências e opiniões. Pela primeira vez, os cidadãos são capazes de participar em diálogos públicos a respeito de questões de importância crucial para suas vidas.

Em 2007, a Xinhuanet pesquisou os tópicos mais populares (sem incluir aqueles que tinham sido apagados pelos monitores) nas três

comunidades *on-line* mais influentes – Fórum País Forte (bbs.people.com.cn), Tianya Club e Kaidi (club2.cat898.com)²⁰. Além das principais matérias daquele ano, o estudo descobriu que outros “eventos sociais sensíveis” também eram populares, incluindo aqueles relacionados à governança, violência policial, proteção ambiental, saúde pública, reforma judicial e desastres naturais. Ele também sugeriu que a consciência de direitos dos net-cidadãos está aumentando, à medida que expressões tais como “direito de saber,” “direito de expressão” e “direito a monitorar [o governo]” são usadas com frequência nos grandes eventos públicos *on-line*. Além disso, os participantes mostraram-se preocupados com a credibilidade e a capacidade de resposta de vários níveis do governo, assim como com temas de moralidade pública e com a crise de valores na sociedade.

Como escreveu Hu Yong, um *expert* em Internet residente em Pequim: “Dado que a China nunca possuiu mecanismos para detectar com precisão e para refletir a opinião pública, *blogs* e BBS tornaram-se o caminho efetivo para constituir e comunicar a opinião pública da sociedade”²¹. Um dos impactos diretos dessa nova paisagem de informação é que as informações negativas e críticas aos funcionários locais – especialmente no que se refere à corrupção, justiça social ou experiências diárias das pessoas – têm sido expostas e disseminadas nacionalmente *on-line* e têm ressonância por toda a sociedade. Algumas vezes, tal processo é tolerado pelas autoridades centrais para manter em xeque os oficiais de baixo escalão e para permitir que o vapor se descomprima antes que exploda sem controle, dando origem, talvez, a protestos públicos. Essa opinião pública gerada na Internet é algumas vezes o único canal para fornecer *feedback* aos funcionários do governo.

A fiscalização *on-line* tem um impacto especialmente grande sobre funcionários responsáveis por agências administrativas, legais, de polícia e de propaganda. Uma vez que os funcionários locais perdem o controle e que a informação se difunde além de sua jurisdição, a veemência de um público atizado pode forçá-los a mudar as políti-

cas. Nas palavras de um funcionário local ligado à propaganda oficial, para o governo, “era muito melhor quando não existia Internet”²².

Os eventos públicos guiados pela Internet também ajudam a destacar os temas que se originam localmente – ou até mesmo fora da China – mas que possuem implicações mais amplas para a sociedade chinesa. Para os indivíduos que lutam por reformas políticas e pela mudança social, a Internet e os setores da mídia tradicional mais abertos à reforma oferecem vias para a discussão de tópicos que antes eram tabus. Por exemplo, quando os protestos em favor da democracia irromperam no Egito em janeiro de 2011, as autoridades chinesas ordenaram que somente fosse disseminado o relato dos eventos pelo Xinhua. Ainda que a Sina Weibo, a versão chinesa do Twitter, tenha bloqueado a palavra “Egito” de seu mecanismo de busca²³, centenas de milhares de postagens da Sina Weibo continuaram disponíveis para usuários experientes, e os net-cidadãos continuaram a divulgar as notícias do Egito e a discutir suas implicações para a realidade política da China. Na esteira dos chamados *on-line* por demonstrações pró-democracia, inspirados pelos eventos na Tunísia e no Egito, a palavra “Jasmim” acabou também sendo proibida na Sina Weibo²⁴.

Mobilização Cidadã

Em geral, o passo seguinte ao diálogo público é a mobilização coletiva e a organização em torno de temas de interesse comum. Essa é uma área na qual a opinião pública baseada na Internet tem o potencial de provocar um poderoso impacto sobre a sociedade e a política chinesas. Enquanto as autoridades sufocam a sociedade civil e as organizações sociais independentes, diversos grupos comunitários que se afastaram da linha oficial com respeito a temas sociais – como meio ambiente, direitos das mulheres e homossexualidade – apoiam-se na Internet para organizar e distribuir informações. O amplo espaço para a discussão de assuntos públicos tem permitido que a sociedade civil aumente as fronteiras das liberdades de associação e de comunicação.

Os protestos de Xiamen contra a fábrica de PX são considerados um marco. Um manifestante declarou a um jornalista estrangeiro que cobria a matéria que, agora, as pessoas – ao menos – “podem ser ouvidas”. O governo da cidade, por outro lado, ouviu a opinião pública e ajustou sua decisão de acordo com ela. Esse foi o primeiro e altamente encorajador sinal surgido na China. A agência de notícias do governo Xinhua concluiu que “a controvertida usina de PX na cidade de Xiamen, cuja instalação foi suspensa, provavelmente não se tornará um marco onde quer que finalmente se estabeleça, mas ela pode ter ajudado a criar um alicerce para incrementar a participação das pessoas comuns nas decisões políticas da China”²⁵. É claro que o PCC não mostrou qualquer sinal de querer abrir mão de seu monopólio do poder político e é, ainda, altamente sensível ao aumento do impacto político da Internet.

A mobilização e os protestos *on-line* também provocaram um impacto além das fronteiras da China, tornando-se um fator significativo que influencia a diplomacia chinesa e a imagem do país no exterior. Em novembro de 2009, para comemorar o vigésimo aniversário da queda do Muro de Berlim, uma organização alemã sem fins lucrativos criou o “Muro de Berlim do Twitter”, onde as pessoas podiam postar suas ideias por meio do uso da palavra-chave do Twitter (*hashtag*) “#FOTW”. Além disso, a introdução do *site* convidava os participantes: “diga-nos quais muros ainda é preciso fazer vir abaixo para que nosso planeta seja um lugar melhor”. Em resposta a isso, durante semanas, os comentários dos chineses que detonavam o Grande Firewall e a censura à Internet dominaram o Muro de Berlim virtual. Em alusão ao famoso discurso de Ronald Reagan diante do Portão de Brandenburgo, os *blogueiros* chineses também deslancharam uma campanha para “Destruir essa muralha!” antes da visita do presidente norte-americano Barack Obama em novembro de 2009. Foi devido em grande parte a tais esforços que o Presidente Obama abordou o tema da liberdade de expressão *on-line* em um discurso durante um encontro com estudantes na prefeitura de Xangai.

Nem toda mobilização *on-line* é tão espontânea e anônima como foi a campanha contra o Grande Firewall. *Blogueiros* influentes podem também mobilizar seus companheiros de rede agindo como porta-vozes de certas posições sobre temas, ou ao autenticar mensagens que produzam ressonância entre as pessoas, ou por meio da articulação do que outros não podem dizer em face da censura política. O autor de *best-sellers*, piloto de corridas e *blogueiro* Han Han é uma dessas personagens. Han é uma pessoa que faz críticas sem rodeios à censura do governo e o que seu *blog* publica costuma ser apagado pelos censores. Apesar disso, seu *blog* principal recebeu mais de 300 milhões de visitas entre 2006 e 2009. Em abril de 2010, a revista *Time* incluiu Han Han entre os candidatos a serem incluídos no rol das cem “pessoas mais influentes em nível global”. Em seguida a isso, Han Han escreveu em seu *blog* pedindo ao governo chinês para “tratar melhor a arte, a literatura e as mídias de notícias, e para não impor tantas restrições e censura, e que não usasse o poder do governo ou o nome do Estado para bloquear ou difamar qualquer artista ou jornalista”²⁶. Esse *post* gerou cerca de 25.000 comentários de seus leitores e foi visto por mais de 1.200.000 pessoas. O artigo tem sido amplamente reproduzido *on-line*; e, em maio de 2010, uma busca no Google encontrou mais de 45.000 *links* que reproduziam o ensaio no todo ou em parte. Apesar dos esforços oficiais para usar o Grande Firewall para impedir os net-cidadãos chineses de votar em Han Han no *site* da *Time*, ele ficou em segundo lugar no resultado final, mostrando o poder de mobilização de seus textos.

Funcionários do governo começaram a reconhecer que a Internet estabeleceu uma tendência irreversível na sociedade no sentido de maior transparência, de uma cidadania mais ansiosa de participar na vida pública e de um público cuja opinião possui maior peso. Alguns funcionários defendem a necessidade de reforma política para adaptar a China a esse cenário. Em um longo artigo publicado em 2007 na imprensa oficial, Xin Di, diretor do Departamento de Pesquisa da Escola Central do Partido, listou cinco exemplos concretos

para mostrar o “progresso crescente” que vem ocorrendo no sistema político chinês²⁷. Quatro de seus cinco exemplos não eram esforços de reforma política de cima para baixo, mas, ao contrário, estavam relacionados a reações dos funcionários do governo a eventos públicos baseados na Internet. Embora uma reforma política genuína não tenha aparecido naquele ano na agenda dos líderes do Congresso Nacional do PCC, alguns funcionários de escalões mais baixos reconheceram o importante papel da Internet como catalizador da mudança política na sociedade chinesa.

Esses funcionários com visão mais voltada para o futuro acreditam que o governo deveria tolerar seletivamente ou até mesmo saudar as manifestações via Internet como um barômetro para aferir a opinião pública. Permitir tais manifestações possibilita ao governo coletar informação sobre a sociedade, ser mais sensível às preocupações dos cidadãos e fornecer uma válvula de escape para liberar a irritação pública. A Internet também pode ajudar a manter os funcionários locais mais responsáveis e responsivos – tanto em relação às autoridades centrais, quanto ao público. Além disso, a Internet desempenha um papel na promoção da mudança política quando os interesses e agendas de diferentes agências governamentais ou de níveis administrativos não estão alinhados. Nesse caso, a opinião pública pode ajudar a fortalecer um lado sobre o outro.

Um estudo feito em 2009 pela Academia Chinesa de Ciências Sociais a respeito do impacto da Internet sobre a opinião pública identifica os net-cidadãos como uma “nova classe de opinião” que pode influenciar rapidamente a sociedade, e descreve os métodos duais usados pelo governo para lidar com o crescente desafio do ativismo *on-line* – reprimir a Internet enquanto responde rapidamente à opinião pública²⁸. De fato, a crescente participação pública *on-line* é um indicador de que as regras do jogo político na China podem ter começado a mudar.

A censura do PCC tanto à mídia tradicional quanto à Internet certamente vai continuar. A crescente influência da opinião pública *on-*

-line mostra que o PCC e o governo já não podem mais manter o controle absoluto sobre a disseminação da informação. A Internet já é um dos espaços de mídia mais influentes na China – não menos do que as formas tradicionais de mídia impressa ou radiotelevisiva. Subjacente a medidas ainda mais fortes destinadas a reforçar o controle estatal, existe na sociedade chinesa um nível crescente de informação pública e de conscientização. Além disso, por meio das redes sociais *on-line* e das comunidades virtuais, a Internet chinesa tem se tornado uma sólida plataforma de comunicações para a agregação de informação e de coordenação da ação coletiva.

As forças conflitantes *feng, shai e huo* se manterão em tensão entre si. O resultado é a emergência de um padrão de opinião pública e de participação cidadã que representa uma mudança de poder na sociedade chinesa. A Internet possibilita aos cidadãos comentar (ainda que de modo limitado) a respeito de certos tópicos e os mover para fora das arenas exclusivamente locais até o ponto no qual eles podem vir a se tornar questões nacionais. Mais ainda, esses “eventos públicos” cumprem agora um papel na promoção dos direitos humanos, da liberdade de expressão, do império da lei e da *accountability* governamental. Tem surgido toda uma geração de formadores *on-line* da agenda pública que poderão se tornar influentes líderes de opinião. Certamente, eles terão um importante papel a cumprir no futuro da China.

Além disso, alguns canais de mídia relativamente progressistas, tais como o *Southern Metropolis Daily* e o *Southern Weekend*, também estão, sempre que possível, expressando ativamente ideias políticas mais liberais e pressionando pela inovação. Antes da Internet, esse discurso reformista conquistaria pouco espaço contra a propaganda do PCC. Agora, à medida que esses elementos liberais no interior da mídia estabelecida convergem com as vozes independentes de base popular *on-line*, eles estão criando uma força substancial que está lentamente desgastando o controle social e ideológico do PCC.

A China está se tornando cada vez mais uma sociedade transparente e móvel, dotada de valores mais pluralistas. A Internet tem se torna-

do uma base de treinamento para a participação cidadã nos assuntos públicos: ela cria um público mais bem informado e engajado, e que demanda mais de seu governo. O regime do PCC está aprendendo a se adaptar a essas novas circunstâncias e a apresentar respostas a elas. Já se começa a ver compromisso, negociação e regras de mudança de conduta nas respostas do governo a esse desafio, o que indica a possibilidade de uma melhor governança com maior participação cidadã. A partir dessa perspectiva, a Internet não é apenas um espaço contestado, mas um catalizador da transformação social e política.

NOTAS

1. “Xiao Shu: Hoping Xiamen PX Event Became the Milestone”, Nanfang Zhoumo [*Southern Weekend*] (Guangzhou), 20 de dezembro de 2007.

2. Ver Xinhuanet em http://news.xinhuanet.com/comments/2007-12/23/content_7297065.htm

3. Centro de Informação em Rede da Internet na China (CIRIC), “25th Statistical Report on the Development of China’s Internet”, janeiro de 2010; disponível em: www.cnnic.net.cn/upload-files/pdf/2010/1/15/101600.pdf.

4. CIRIC, “25th Statistical Report” e CIRIC, “20th Statistical Report on the Development of China’s Internet”, junho de 2007. Desde julho de 2007, o CIRIC tem considerado como “usuários da Internet” qualquer pessoa com mais de seis anos de idade que tenha visitado a Internet a partir de qualquer terminal (inclusive um telefone celular), ao menos uma vez em seis meses. Antes de julho de 2007, um usuário da Internet era definido como alguém que tivesse passado ao menos uma hora por semana on-line. Em consequência dessa mudança, usuários de mais baixa renda – como trabalhadores migrantes e moradores rurais, que usam telefones celulares como seu principal meio de comunicação, em vez de computadores pessoais – estão sendo incluídos na categoria net-cidadãos.

5. “New Media Clash”, Xinhua News Agency, 16 de fevereiro de 2009, disponível em: http://news.xinhuanet.com/zgjx/2009-02/16/content_10825818.htm.

6. CIRIC, “25th Statistical Report”.

7. “Tencent Announces QQ Users Reached 100 Million”, 5 de março de 2010, ver: <http://tech.qq.com/a/20100305/000528.htm>.

8. “A Bold New Voice – Lu Yuegang’s Extraordinary Open Letter to Authorities”, China Digital Times, 20 de julho de 2004.

9. U.S. – China Economic and Security Review Commission, Hearing on Access to Information in the People’s Republic of China, testimony by Xiao Qiang, 31 de julho de 2007.

10. U.S. – China Economic and Security Review Commission, Hearing on China’s State Control Mechanisms and Methods, testimony by Xiao Qiang, 14 de abril de 2005.

11. Jonathan Zittrain e Benjamin Edelman, “Empirical Analysis of Internet Filtering in China”, documento de trabalho, Berkman Center for Internet and Society, Harvard Law School, 2003; disponível em: <http://cyber.law.harvard.edu/filtering/china>.

12. “Hu Jintao Asks Chinese Officials to Better Cope with Internet”, People’s Daily, Beijing, 24 de janeiro de 2007.

13. “Starting from September 1, New Virtual Cops Will ‘Cruise’ All Thirteen Internet Portals in Beijing”, Beijing News, 22 de agosto de 2007.

14. As demais agências são a Administração Estatal da Indústria e do Comércio (AEID), Administração Estatal do Rádio, Cinema e Televisão (AERCT) e Administração Geral da Imprensa e de Publicações (AEIP).

15. Ver: <http://chinadigitaltimes.net/2009/02/music-video-the-song-of-the-grass-dirt-horse>.

16. Michael Wines, “China’s Censors Misfire in Abuse-of-Power Case”, New York Times, 17 de novembro de 2010, disponível em: www.nytimes.com/2010/11/18/world/asia/18li.html.

17. Ver: www.flickr.com/photos/scorpico7/2765449045 para uma foto da casa encravada (*nail house*).

18. “A Notice from the Central Government to Censor News Related to Shanxi Brick Kilns Event”, China Digital Times, 15 de junho de 2007, disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2007/06/a-notice-from-the-central-government-to-censo-news-related-to-shanxi-brick-kilns-event>.

19. “New Directives from the Ministry of Truth (RE: Liu Xiaobo Wins Nobel Peace Prize)”, China Digital Times, 8 de outubro de 2010, disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2010/10/new-directives-from-the-ministry-of-truth-october-8-2010-re-liu-xiaobo-wins-nobel-peace-prize>.

20. “Study Report of Online Public Opinions in 2007”, Xinhuanet, 5 de fevereiro de 2008.

21. Hu Yong, “Blogs in China”, China Media Project Case Study (no arquivo do *Journalism and Media Studies Centre*, University of Hong Kong), 4 de agosto de 2005.

22. “Director of Propaganda Department of Shuide, Shanxi Province: Those Years Without Internet Were So Much Better!” Southern News.net, 30 de janeiro de 2008, disponível em: <http://news.qq.com/a/20080130/000639.htm>.

23. Pascal-Emmanuel Gobry, “China Blocks ‘Egypt’ on Sina Weibo, Its Twitter Clone”, Business Insider SAI, 29 de janeiro de 2011, disponível em: www.businessinsider.com/china-blocks-egypt-on-sina-weibo-its-twitter-clone-2011-1.

24. Kathrin Hille, “China Authorities Block Democracy Campaigns”, *Financial Times*, 25 de fevereiro de 2011.

25. “Common Chinese Have More Say in Policy-Making”, *Xinhuanet*, 3 de janeiro de 2008.

26. Ver “Han Han . . . Comes in at Number Two in Time 100 Poll: ‘Let the Sun-shine In’”, *China Digital Times*, 29 de abril de 2010, disponível em: <http://chinadigitaltimes.net/2010/04/han-han-let-the-sunshine-in>.

27. “Political Civilization in Detail”, *Xinhua News Agency*, 4 de fevereiro de 2008.

28. Zhu Huaxin, Shan Xuegang e Hu Jiangchun, “2009 China Internet Public Opinion Analysis Report”, In: *Chinese Academy of Social Sciences*, “2010 Society Blue Paper”, 22 de dezembro de 2009.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação iFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, através da produção de conhecimento e do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo.

Oferece uma infraestrutura virtual com um banco de dados e uma biblioteca *on-line* que facilita o acesso a instituições de pesquisa que trabalham temas relacionados à democracia na América Latina e à sua produção intelectual. Por sua vez, desenvolve pesquisas em áreas-chave para a consolidação da democracia na região, que posteriormente são discutidas com intelectuais públicos latino-americanos e transformadas em textos amplamente difundidos. Conjuntamente com 21 centros de pesquisas associados, localizados em 11 países da América Latina, realiza fóruns para promover o diálogo entre os produtores de conhecimento e os diferentes atores sociais e políticos.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[PublicacoesAmericaLatina.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx)

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

[PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx)

Meios de comunicação e Democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

[aspx#MediosComunicacion](http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion)

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

[desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf)

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>